



REQUERIMENTO Número /XIII (.^a)

PERGUNTA Número /XIII (.^a)

Assunto:

Destinatário: Ministério da Educação

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Ministério da Educação (ME) fez saber, no ano letivo 2023/24, que a plataforma de testes on-line Intuitivo (<https://intuitivo.pt/>) seria utilizada para realizar todas as provas de avaliação externa (provas de aferição e exames nacionais) a partir deste mesmo ano.

Desde logo, causou alguma estranheza que o ME tenha escolhido, entre as muitas soluções disponíveis no mercado dos testes on-line, uma plataforma que estava (e está!) em construção, praticamente sem utilizadores registados, com um leque muito limitado de possibilidades para a construção de exercícios e não-testada. A isto podemos somar a opção de utilizar uma plataforma gerida por uma empresa exterior ao ME, quando por razões de confidencialidade, segurança, gestão de dados e custos, a solução natural passaria por criar o software dentro dos seus serviços.

A ideia de que muito poderia correr mal foi logo confirmada quando, na primeira prova ¹de aferição do 8º ano em que a aplicação foi utilizada, foi necessário parar a realização do teste a meio para que o software fornecido pela empresa fosse atualizado. Em algumas (muitas) escolas não foi mesmo possível concluir a prova, dado que a atualização teve de ser feita posto a posto, uma vez que a empresa optou por enviar uma “aplicação cliente” a instalar em cada computador.

Apesar da actualização, o software nunca funcionou corretamente. Por exemplo, mesmo que os alunos quisessem, não conseguiam fechar a janela da aplicação, sendo necessário reiniciar o computador.

Mesmo assim, da parte do ME não houve qualquer declaração. Ficou assente que o Intuitivo seria a ferramenta a utilizar também para os exames nacionais do 9º ano já no ano letivo de 2023/24, sendo também suposto que

¹ <https://cnnportugal.iol.pt/provas-de-afericao/alunos/provas-de-afericao-maioria-dos-alunos-nao-conseguiu-terminar-a-tempo-devido-a-problemas-tecnicos/20230529/6474e9dfd34ef47b87546214>



no próximo ano letivo passe a gerir os exames nacionais do ensino secundário.

Foi com muita surpresa que, no início deste ano letivo, os utilizadores do Intuitivo receberam, por e-mail, uma notificação da empresa a avisar que a partir daquele ponto, as contas gratuitas teriam limitações e que seria imposta uma taxa de 3,99€ para a utilização da ferramenta².

Na prática deixou de ser possível utilizar a versão gratuita para qualquer trabalho com os alunos, porque está limitada a 10 avaliações e 50 exercícios. Se a plataforma em si já não inspirava confiança e está muito longe de ser das melhores que o mercado tem, agora só tem um único propósito: permitir que os alunos façam as provas de avaliação externa.

Com estes desenvolvimentos bizarros, os professores sentem-se envolvidos num logro. Para preparar os alunos convenientemente para as provas, são obrigados a utilizar uma plataforma de fraca qualidade e ainda têm de pagar. E para mais, pagam de duas formas: através do ME, que financia o Intuitivo com os impostos, e diretamente com as licenças.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes perguntas:

- 1 – Porque recaiu a escolha da plataforma de testes on-line para a avaliação externa sobre o Intuitivo, uma ferramenta desconhecida e que, na prática, só existe porque o ME a “patrocina”?
- 2 – Porque não foi criada uma plataforma dentro dos serviços do ME? Seria obrigatório recorrer a um privado?
- 3 – Que vantagens retirou ou retira o ME deste “patrocínio” do Intuitivo?
- 4 – No contrato que a empresa fez com o ME, está prevista a possibilidade de haver licenças pagas para os utilizadores, sejam eles professores ou escolas?
- 5 – Se estava, porque o ME não acautelou a gratuitidade da utilização para os docentes?
- 6 – E se não estava, como vai reagir o ME a esta ideia original: para utilizar uma plataforma informática obrigatória, cada professor tem de pagar?

Palácio de São Bento, de de 202.

As/o deputadas/o

² Está prevista uma licença para instituições, mas o seu custo é, ao que parece, negociado para cada instituição e já está a acontecer..